

» Entrevista | **ESTEVAM BALDON** | GERENTE DE VACINAS DA MSD BRASIL

Representante da indústria farmacêutica desenvolve pesquisa para ampliar a conscientização sobre o vírus responsável pela infecção sexualmente transmissível mais comum no mundo. Patógeno está vinculado a diversos tipos de câncer

“A gente tem que falar sobre HPV”

» MAYARA SOUTO

São Paulo — Outubro e Novembro são coloridos de rosa e azul para conscientizar sobre a importância da prevenção ao câncer — em especial, de mama, colo de útero e próstata. De acordo com o Instituto Butantan, cerca de 20% das neoplasias malignas são causadas por vírus — e destas, metade é provocada pelo papilomavírus humano (HPV). Infecçioso para homens e mulheres, o HPV está ligado ao câncer de colo de útero, mas também está presente em outros como o anal, de vulva, de vagina, de pênis e de orofaringe.

O HPV é responsável pela infecção sexualmente transmissível (IST) mais frequente no mundo — estima-se que entre 25% e 50% das mulheres e 50% dos homens no mundo estejam infectados com o vírus. A imunização ainda na infância é a maneira mais eficaz de impedir que a doença se agrave e vires algum tipo de câncer.

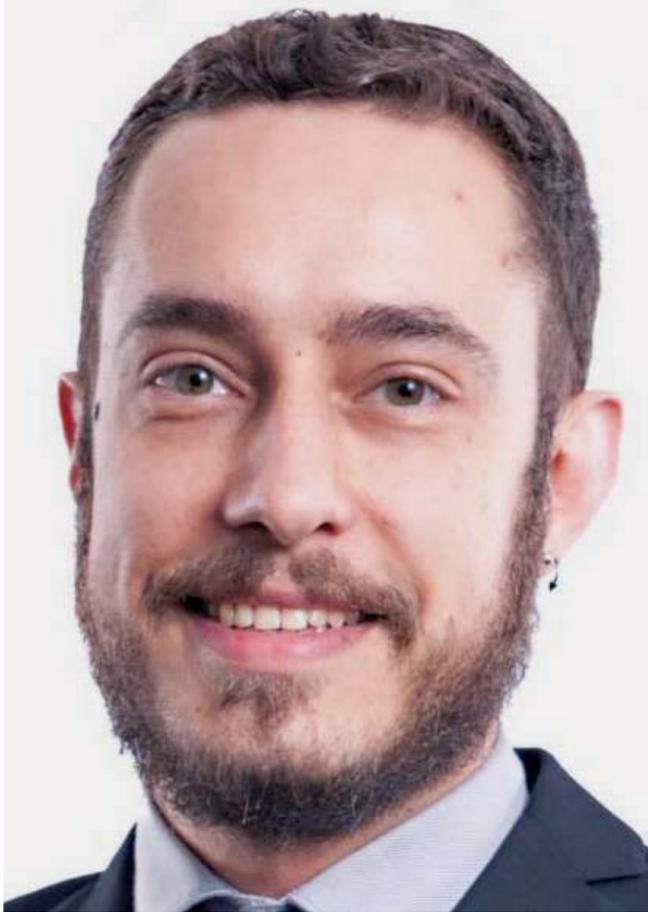
No Brasil, a vacina contra o HPV está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2014. É indicada para meninas e meninos na faixa etária de 9 a 14 anos. A vacina atende, ainda, a pessoas com HIV, transplantados de órgãos sólidos e medula, além de pacientes oncológicos, na faixa etária de 9 a 45 anos. Também é recomendada para vítimas de abuso sexual. Mas o HPV, seus riscos e prevenção, ainda carecem de maior discussão.

O gerente médico de vacinas da farmacêutica MSD Brasil, Estevam Baldon, explicou ao Correio como esse vírus acomete a população brasileira. Detalhou, ainda, o desenvolvimento de estudos para ampliar a conscientização sobre formas de contágio, vacinação e tratamento. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

As mulheres correm mais risco de desenvolver câncer pelo HPV do que os homens?

Não. Quando a gente vê o câncer anal, mais de 90% está relacionado ao HPV, tanto em homens, quanto em mulheres. A questão é que se descobriu que o HPV é 100% relacionado a todos os cânceres de colo de útero, enquanto nos outros há uma variação. Por

Reprodução/Redes Sociais



A gente precisa fazer com que as pessoas, se tiverem algum sintoma, busquem ajuda médica o mais rápido possível, sem se sentirem culpadas em relação a isso. Dá para tratar”

exemplo, no câncer peniano, o HPV é responsável por 68% até 75%, porque existem outras causas. A falta de higiene, por exemplo, é uma predisposição muito grande. A gente sabe que a carga de cânceres relacionados ao HPV no mundo e no Brasil é muito alta, e homens e mulheres são afetados da mesma forma. Só que o que a gente tem hoje é que, no mundo, o câncer de colo de útero tem um impacto gigantesco.

Que tipo de impacto?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou em 2020 que quer erradicar o câncer de colo de útero como um problema de saúde pública. Em países subdesenvolvidos, como os da África, o número de mortes de

mulheres por esse tipo de câncer é muito alto. Para se ter uma ideia, se todos os países, desde 2020 até 2030, tivessem 70% com exames de diagnóstico e 90% das pessoas tratadas, o mundo erradicaria o câncer de colo de útero em 125 anos.

Há testes para identificar o HPV?

Sim. Não está ainda dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), mas existem. Não é recomendado fazer o teste em toda a população, pois a maior parte das pessoas vai eliminar o vírus. O ideal é que o exame seja disponibilizado para pessoas com risco aumentado. O HPV demora muito para causar o câncer após penetrar na célula. É preciso entender que eu posso ter esse vírus, mas

que vou prestar atenção em sintomas e sinais para que eu evite que essa doença evolua.

Qual a experiência no Brasil com o teste de HPV?

Em Pernambuco, o Ministério da Saúde, junto com a Secretaria de Saúde de lá, está implementando os exames de papanicolau nas mulheres. Em paralelo, vão fazer o exame de HPV/DNA — que é o exame que vai demonstrar qual é o HPV que pode estar infectando; se ele é de alto risco oncológico ou não. Isso já é feito nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, fez papanicolau, repete no ano que vem. Deu normal, espacia três anos. Nos Estados Unidos, você faz o exame de papanicolau, associa ao exame de HPV. Se o

exame de HPV não detecta nada de alto risco, essa mulher vai fazer só depois de cinco anos. Então, desafoga também um pouco o sistema de saúde. A Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) está pensando no que a gente pode fazer no Brasil para também tentar trazer essa associação.

Essa associação de exames seria feita nos homens também?

Dá para fazer o teste em homens e mulheres. Se o HPV estiver presente, você consegue saber qual é. Só que o preço varia muito. São tecnologias caras. Quanto mais HPV detecta, mais caro é esse exame. Mas, só de saber se ele é de alto risco ou não, já é o suficiente.

Como está a vacinação contra o HPV no Brasil?

Vai fazer dez anos de vacinação do HPV no Programa Nacional de Imunização (PNI), que começou com meninas de 11 anos de idade. Então, elas estão fazendo 21. As pessoas com mais de 21 anos, provavelmente, não receberam. A gente tem a vacinação de meninos e meninas de 9 a 14 anos de idade. Antes, era de 11 a 14 para meninas. Só ano passado ocorreu a equidade de idade.

Você desenvolve um estudo que pretende identificar como pessoas trans são prejudicadas tanto em relação à imunização quanto à conscientização. Como está essa situação?

A gente precisa entender a população que, naturalmente, não vai procurar a vacina e não tem ou teve direito à vacina, o que acontece com essas pessoas. O intuito é ver o que aconteceu e criar uma política pública para que tenha vacinação; para que tenha diagnóstico precoce; para que tenha um acompanhamento adequado dessas pessoas. As pessoas trans estão mais marginalizadas, têm mais contato sexual, muitas vezes são profissionais do sexo.

Como protegê-las?

A vacina não trata infecção pelo HPV; ela evita que você tenha novos contatos com o mesmo HPV e com outros. Você acaba se protegendo de alguma

forma. Evita esse tipo de contato, que pode ser de alto risco, no futuro. Existem ações de ONGs que tentam trazer essa discussão, mas ainda é muito pouco. A gente precisa, por exemplo, em locais que tem população de pessoas pretas ou indígenas, levar mais consciência sobre o impacto dessa doença, a prevenção por vacinação e aprender como é transmitido.

Como falar de HPV para a sociedade de uma forma diversa?

A vacinação contra o HPV começou nas escolas. Depois, por um medo, um desconhecimento, ela saiu das escolas. A escola seria um ambiente super oportuno de instrução para essas crianças, adolescentes e para os pais, para levar essa informação a mais pessoas, de maneira mais transparente e mais impactante. Desta forma, a gente desmistifica o HPV como uma coisa sexual e da qual eu tenho nojo. É preciso dizer: o HPV é a infecção sexual mais comum no mundo e a gente tem que falar dela como a gente fala de HIV, de sífilis, e gonorréia. A gente precisa fazer com que as pessoas, se tiverem algum sintoma, busquem ajuda médica o mais rápido possível, sem se sentirem culpadas em relação a isso. Dá para tratar.

Há desafios regionais nessas metas?

Sim. O tratamento de câncer de colo de útero no Brasil é o eixo Rio-São Paulo, Minas Gerais, estados do Sul, que têm uma assistência melhor. Quando a gente vai ver radioterapia, é mais difícil ter esses aparelhos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para braquiterapia (dentro da lesão do colo), você não tem esses aparelhos distribuídos no país. É muito difícil. É um trabalho que tem que ser em conjunto com a sociedade e com o Ministério da Saúde, de modo que todo mundo seja englobado e a gente consiga dar acesso a tratamento para as pessoas.

*A jornalista viajou a convite da MSD Brasil para o 20º Seminário Latino-Americano de Jornalismo em Ciência e Saúde.

CB.PODER

Amazônia Azul é plataforma para protagonismo do Brasil

» ISABEL DOURADO*

Convidado do CB Poder de ontem, o capitão-de-mar-e-guerra Rodrigo Carvalho, subsecretário para o Leplac (Levantamento da Plataforma Continental), comentou a importância da preservação da Amazônia Azul, as riquezas marítimas do país e as possibilidades do Brasil estender o seu território além-mar.

“A Amazônia Azul é essa imensa área marinha ou marítima brasileira de mais de 5,7 milhões de km² — o equivalente a toda a Europa ocidental. A Amazônia verde possui 5 milhões de km²; a Amazônia Azul 5,7 milhões. Elas são igualmente importantes em riqueza e biodiversidade, não só na questão ambiental, mas também social e econômica”, explicou Carvalho aos jornalistas Roberto Fonseca e Sibebe Negromonte durante o programa, uma parceria entre o Correio e a TV Brasília. O Dia Nacional da Amazônia Azul foi comemorado no último dia 16.

O capitão-de-mar-e-guerra relatou que, graças ao trabalho desenvolvido no programa de Levantamento da Plataforma Continental, foi possível estender a zona econômica exclusiva do Brasil. “Podemos dizer que o Leplac, esse grande programa, trouxe para o país mais 2,2 milhões de km² em termos

de áreas marítimas”, sustentou o oficial superior.

Rodrigo Carvalho ressaltou a importância dessa conquista. “É a primeira vez na história da humanidade onde os países estão podendo aumentar, solicitar ou pleitear o aumento das suas áreas marítimas de forma totalmente pacífica”.

Os avanços territoriais, entretanto, acarretam mais vigilância. É nesse ponto a Marinha enfrenta sérios desafios. “O quantitativo de meios na Marinha do Brasil não seria suficiente para nós estarmos presentes efetivamente, diuturnamente nessa imensa área marítima brasileira. Isso é uma grande preocupação para a força e eu diria que também deveria ser uma grande preocupação para o país”, comentou Carvalho.

O militar descreveu uma situação alarmante. “Existe uma previsão, até 2028, de que 40% dos nossos meios navais e nossos meios operativos navais finalizarão o seu tempo de vida útil. Nós perderemos efetivamente 40% da capacidade de efetivamente defender, proteger e estar presente na Amazônia Azul”, alertou.

Ele citou os esforços da Força nesse cenário. “Há mais de uma década tentamos instalar o sistema de gerenciamento da Amazônia Azul. É um grande sistema de vigilância. Caso esse sistema

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Rodrigo Carvalho: Brasil ganhou 2,2 milhões de km² na costa marítima

já estivesse operacional, o derramamento de óleo que nós tivemos em 2019, por exemplo, poderia ter sido mitigado. Então isso nos traz uma grande preocupação”, comentou.

Territorialização

Carvalho chamou a atenção para um fenômeno global, denominado territorialização dos oceanos. “Os oceanos têm tomado cada vez mais importância. Um exemplo disso são as atividades que eram essencialmente terrestres e migraram para o mar. Um exemplo é a exploração e exportação de petróleo.

“Hoje nós temos mais de 95% de toda a produção brasileira de petróleo vindo da Amazônia Azul. Temos outras atividades que também iniciaram em terra e estão migrando para o mar, como a

própria geração de energia eólica onshore. Nós temos grande parte de órgãos complexos eólicos internos no Nordeste, no Sul do Brasil e já estamos com essa matriz movimentando efetivamente para o mar”, descreveu. “Isso se dá por vários motivos, como a especulação imobiliária e a pressão populacional. Há também a exaustão dos recursos: com a extração de óleo e gás se esgotando em terra, é preciso buscar novas fronteiras. E a grande fronteira é o mar”, acrescentou.

Esse conjunto de fatores aumenta a responsabilidade da Força em vigiar o tesouro e o potencial marinho do Brasil. “O mar tem tomado cada vez mais a importância, e todo o detentor dessa riqueza é a Defesa. Por isso é importante termos efetivamente uma Marinha forte, uma Marinha presente, uma Marinha numerosa

para que nós efetivamente possamos fazer a proteção dessa imensa riqueza a nível nacional, não só para a nossa geração, mas também as gerações futuras”, alerta o capitão de mar e guerra.

Carvalho explicou por que é preciso dar condições à Marinha de vigiar a Amazônia Azul. “Em maio deste ano, um navio de pesquisa estrangeiro lançou equipamentos em uma das regiões mais ricas do Brasil — a Elevação do Rio Grande. E nessa Elevação do Rio Grande nós temos grandes reservas de cobalto. Nós temos óleo e gás. Então numa área marítima, brasileira, nós tínhamos um navio estrangeiro fazendo a exploração de conhecimento e de material no subsolo, quando isso é proibido. Então reforça mais uma vez a importância de estarmos diuturnamente presentes na Amazônia Azul”, exemplificou.

“E um outro fato interessante também é que esse crescimento da importância das águas a nível global tem aumentado com o crescimento populacional. Nós somos hoje, já ultrapassamos oito bilhões de pessoas. Sabe-se que 40% de toda proteína animal consumida do mundo vem dos mares. Garantir e defender a Amazônia Azul é garantir a segurança alimentar da nossa população.

Economia azul

O entrevistado falou ainda da economia azul. Citou um relatório de 2016 da Cooperação para Desenvolvimento Econômico

(OCDE), que mostra o potencial econômico do planeta azul. “Se os oceanos e mares fossem um país único eles teriam movimentado, em 2010, 1,5 trilhão de dólares e seriam sozinhos a sétima economia do mundo”, contabiliza.

“Esse mesmo relatório traz uma perspectiva de que para os próximos 20 anos, ou seja, até 2030, esse mesmo país-oceano vai movimentar 3 trilhões de dólares, ou seja, vai duplicar, como se fosse o PIB deste oceano em apenas 20 anos. O mesmo relatório traz também as principais atividades que responderia por esse incremento tão rápido da economia do mar: a pesca; a aquicultura marinha; o processamento do pescado; a infraestrutura portuária e as eólicas. Esses cinco ramos que permitiriam alavancar essa economia a nível mundial. Se trouxermos isso para a realidade brasileira qual a pujança da economia do mar na Amazônia Azul?”, provocou o militar.

O oficial superior da Marinha citou ainda outras fontes. “Existe uma tese de doutorado da professora Andréia Carvalho. A tese é de 2018 e utilizou dados do IBGE de 2015. Por meio dessa tese, a autora chegou a um cálculo de que o PIB do mar no Brasil responde por 19% de toda riqueza produzida no país. Considerando toda a riqueza produzida no Brasil, 19% vem do mar e vem da Amazônia azul. E hoje nós temos aproximadamente 20 milhões de empregos e postos de trabalho direta e indiretamente relacionados à Amazônia Azul”, detalhou.